



RESULTADOS 2025



RENOVANDO
FROTAS.
INOVANDO
NEGÓCIOS.



BMB

TRUCKVAN



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32 - NIRE 35.300.512.642
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2025 (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado por **recordes operacionais e financeiros**, tanto em locação como em venda de Seminovos, e **entrega do nosso *guidance* para o ano**. As demonstrações do resultado apresentaram recordes de receita e EBITDA beneficiados pelo positivo desempenho dos serviços de locação, que mais que compensaram a normalização das margens de vendas de ativos e o ano desafiador no segmento de Indústria. Mesmo com o processo de normalização da depreciação de ativos e a manutenção da taxa básica de juros em 15%, conseguimos apresentar **inflexão do lucro operacional (EBIT) e do lucro líquido** no 4T25, resultado de todo o trabalho dedicado ao ganho de eficiência, produtividade e lucratividade.

Adicionalmente, entregamos todas essas conquistas cumprindo um dos grandes objetivos do ano, que foi **desalavancar a Companhia de forma orgânica**, com aumento da geração de caixa operacional tanto por locação como por venda de ativos, **diligência na compra de ativos novos, aumento da taxa de ocupação dos ativos existentes e sem depender da redução da taxa básica de juros**.

Os resumos desses e outros detalhes sobre cada segmento estão disponibilizados a seguir:

- VAMOS Locação:**
- Recordes:** imobilizado bruto total, imobilizado bruto locado, contratos em vigor, contratos por cliente, receita líquida, EBITDA e EBIT;
- Crescimento de forma diversificada:** redução da concentração da receita nos top100 clientes;
- Capex Contratado:** TIRs do 4T25 e de 2025 foram as maiores desde 2022;
- Aluguel de ativos usados (Sempre Novo + Extensões):** responsáveis por 32% do Capex Contratado do 4T25 e por 31% do ano de 2025. Mês de outubro/2025 apresentou recorde do Sempre Novo;
- Ativos retomados:** importantes quedas de 40,9% T/T e de 38,6% A/A no 4T25. Em 2025 a redução foi de 19,5% em relação a 2024. Sua representatividade do ativo imobilizado reduziu para 3,3% no 4T25 (anualizado) e 5,5% em 2025, explicada pela diligência nas aprovações de crédito, recuperação de recebíveis vencidos e menor exposição a setores voláteis;
- Menor estoque de ativos 0km desde o IPO, com menor prazo de giro de estoque da história:** redução das compras de ativos novos para estoque e forte volume de Capex Implantado;
- Menor estoque de ativos disponíveis para locação ou venda desde o 1T24:** redução de 12% no ano, com consumo de R\$1,3 bilhão através de locação (R\$716 milhões) e de venda de ativos (R\$614 milhões);
- Aumento da ocupação e produtividade:** imobilizado bruto locado recorde e a maior taxa de ocupação desde 2020 (87%), com aumento de 11% da receita líquida enquanto o imobilizado bruto total cresceu apenas 5%;
- Inadimplência em queda:** redução para 0,8% da receita líquida de serviços, com a recuperação de créditos anteriormente provisionados de R\$17 milhões no 4T25 e menor incidência de atrasos nos pagamentos;
- Rentabilidade:** margens EBITDA de 90% e EBIT de 66% no 4T25 foram as maiores do ano, sem ainda capturar todo o potencial de ocupação e diluição dos custos e despesas e em paralelo ao processo contínuo de normalização das taxas de depreciação.
- VAMOS Seminovos:**

- Recordes:** tanto em volume no ano (+103% A/A) como em receita (+85% A/A). Desde 2021, o crescimento médio (CAGR) foi de 77% ao ano;
- Margem EBITDA:** positiva em 1,2% no 4T25 e em 3,8% em 2025.
- Indústria:** resultado trimestral impactado por pior mix e menor volume de venda de implementos e ajuste de inventário na Truckvan. Somados os efeitos, houve prejuízo líquido de R\$13 milhões no 4T25.

Por fim, destacamos os esforços em melhorar o relacionamento da Companhia com o mercado de capitais, dando **maior transparência** quanto às oportunidades e desafios, abertura de **50 novos indicadores operacionais e financeiros**, divulgação de *Guidance* e prévias de resultados trimestrais, visando contribuir com o correto entendimento de nossos negócios. Seguindo essas boas práticas, divulgamos abaixo o nosso **Guidance para o ano de 2026**.

Indicadores Operacionais e Financeiros	Guidance 2026			Resultados 2025	% A/A		
	Menor	Média	Maior		Menor	Média	Maior
Taxa de Ocupação da Frota em 31/12	88%	90%	92%	87%	1p.p.	3p.p.	5p.p.
Compra de ativos novos (A)	3.000	3.250	3.500	3.001	0%	8%	17%
Sempre Novo (B)	400	500	600	422	-5%	18%	42%
Extensão de contratos (C)	600	750	900	777	-23%	-3%	16%
Capex Implantado Total (A+B+C)	4.000	4.500	5.000	4.200	-5%	7%	19%
Receita Bruta de Venda de Ativos (D)	1.600	1.700	1.800	1.382	16%	23%	30%
Capex Líquido (A-D) ¹	1.200	1.550	1.900	1.619	-26%	-4%	17%
Receita Líquida Consolidada	6.300	6.600	6.900	5.756	9%	15%	20%
EBITDA Consolidado	3.750	3.875	4.000	3.635	3%	7%	10%
Depreciação e Amortização	1.150	1.175	1.200	1.038	11%	13%	16%
Alavancagem em 31/12 ^{2,3}	2,9x	3,0x	3,1x	3,2x	-0,3x	-0,2x	-0,1x

¹ Valor menor calculado com o montante menor de compra de ativos novos e o valor maior de Receita Bruta de Venda de Ativos.
² Valor maior calculado de forma inversa.

³ Para fins de *covenants*.

⁴ Valor menor calculado com o valor menor de Dívida Líquida e o valor maior de EBITDA. Valor maior calculado de forma inversa.
Agradecemos a dedicação dos nossos colaboradores e a confiança de nossos clientes, fornecedores, acionistas e credores pela confiança em nosso trabalho. Seguiremos empenhados em entregar cada vez mais melhores resultados.

Gustavo Braga Couto - CEO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	320.004	102.026	325.423	152.938	Fornecedores	15	621.704	604.873	696.798	650.291
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	4.471.300	2.716.248	4.392.585	2.635.290	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.663.788	942.346	1.669.708	942.379
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	55.455	-	55.455	-	Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	69.001	-	69.001	-
Contas a receber	9	608.304	497.321	667.582	540.228	Arrendamentos por direito de uso	17	7.860	5.293	20.684	14.923
Estoques	10	2.865	2.721	130.585	103.894	Cessão de direitos creditórios	18	666.483	556.847	666.483	556.847
Ativos desmobilizados disponíveis para venda	11	502.821	427.756	502.821	427.756	Obrigações trabalhistas	18	34.960	24.000	48.591	34.818
Tributos a recuperar		17.546	7.315	57.846	33.517	Tributos a recolher		43.807	15.288	51.482	24.502
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20.4	247.779	189.302	253.296	194.322	Adiantamentos de clientes		42.248	56.564	64.488	71.562
Despesas antecipadas		13.116	11.229	15.483	13.526	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	23.3 (c)	128.764	249.104	132.628	249.606
Adiantamentos a terceiros		29.406	38.200	15.934	27.074	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	19	15.249	15.404	85.698	102.011
Outros créditos		6.156	11.975	14.147	15.966	Outras contas a pagar		33.513	65.831	47.162	82.285
Total do ativo circulante		6.274.752	4.004.093	6.431.157	4.144.511	Total do passivo circulante		3.327.377	2.535.550	3.552.723	2.729.224
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	6.3 b	157.527	111.285	236.145	111.285	Fornecedores	15	37.434	32.744	37.434	32.744
Contas a receber	9	23.213	32.441	23.213	32.455	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	14.835.704	13.461.714	14.928.953	13.461.714
Tributos a recuperar		-	37.106	-	37.694	Instrumentos financeiros derivativos	6.3 (b)	149.955	100.473	149.955	100.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	-	-	68.130	60.789	Arrendamentos por direito de uso	17	44.606	37.205	70.869	74.149
Depósitos judiciais	21.1	792	1.166	1.799	1.825	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	973.954	862.041	973.954	862.041
Ativo de indenização	21.4	702	6.718	18.454	36.883	Cessão de direitos creditórios	18	637.736	499.048	637.736	499.048
Outros créditos		3.279	2.051	3.367	2.147	Provisão para demandas judiciais e administrativas	21.2	6.032	7.930	25.474	40.236
		185.513	190.767	351.108	283.078	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	19	22.667	19.829	22.667	19.829
Investimentos	12.1	140.018	160.542	10.076	-	Outras contas a pagar		2.681	14.847	2.746	15.196
Imobilizado	13	15.876.887	15.537.592	15.995.284	15.669.649	Total do passivo não circulante		16.710.769	15.035.831	16.849.788	15.105.430
Intangível	14	123.052	120.760	176.962	179.789	Total do passivo		20.038.146	17.571.381	20.402.511	17.834.654
Total do ativo não circulante		16.325.470	16.009.661	16.533.430	16.132.516	Patrimônio líquido					
						Capital social	23.1	1.012.950	1.012.950	1.012.950	1.012.950
						Reservas de capital	23.2 (a/b)	1.585.669	1.586.080	1.585.669	1.586.080
						Ações em tesouraria	23.2 (c)	(174.919)	(112.864)	(174.919)	(112.864)
						Lucros prejuízos acumulados	23.4	-	(23.883)	-	(23.883)
						Reserva de lucros	23.3 (b)	154.819	-	154.819	-
						Outros resultados abrangentes		(16.443)	(19.910)	(16.443)	(19.910)
						Total do patrimônio líquido		2.562.076	2.442.373	2.562.076	2.442.373
Total do ativo		22.600.222	20.013.754	22.964.587	20.277.027	Total do passivo e patrimônio líquido		22.600.222	20.013.754	22.964.587	20.277.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na locação		25	5.394.244	4.355.892	5.755.712	4.699.312
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	26	(1.130.641)	(818.933)	(1.454.143)	(1.116.359)	
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	26	(1.286.297)	(577.585)	(1.283.967)	(577.585)	
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados		(2.416.938)	(1.396.518)	(2.738.110)	(1.693.944)	
(=) Lucro bruto		2.977.306	2.959.374	3.017.602	3.005.368	
Despesas comerciais	26	(137.359)	(87.000)	(152.717)	(107.557)	
Despesas administrativas	26	(125.789)	(91.114)	(187.483)	(153.437)	
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	26	(88.639)	(184.528)	(91.315)	(184.612)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	900	(4.722)	25.863	3.279	
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	(47.158)	(32.768)	-	-	
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.579.261	2.559.244	2.611.950	2.563.041	
Receitas financeiras	27	521.980	301.916	525.546	308.912	
Despesas financeiras	27	(2.662.382)	(1.907.552)	(2.704.093)	(1.929.343)	
(=) Resultado financeiro líquido		(2.140.402)	(1.605.636)	(2.178.547)	(1.620.431)	
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		438.859	963.608	433.403	942.610	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20.3	-	-	(1.885)	(4.260)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.3	(110.157)	(228.679)	(102.816)	(213.421)	
(=) Total do imposto de renda e contribuição social		(110.157)	(228.679)	(104.701)	(217.681)	
(=) Lucro líquido das operações continuadas		328.702	724.929	328.702	724.929	
Prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas (i)		-	(343.955)	-	(343.955)	
(=) Prejuízo das operações descontinuadas		-	(343.955)	-	(343.955)	
(=) Lucro líquido do exercício		328.702	380.974	328.702	380.974	
(=) Lucro líquido básico por ação no final do exercício (Em R\$)	29 (a)	-	-	0,3111	0,6667	
(=) Lucro líquido diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	29 (b)	-	-	0,3111	0,6666	
(=) Lucro líquido básico por ação de operações descontinuadas (Em R\$)	29 (a)	-	-	-	(0,3163)	
(=) Lucro líquido diluído por ação de operações descontinuadas (Em R\$)	29 (b)	-	-	-	(0,3163)	

(i) O montante apresentado como prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas, refere-se à alienação da Linha Amarela realizada no exercício anterior, conforme emissão das demonstrações financeiras anuais de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		328.702	380.974	328.702	380.974
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ganho (Perda) sobre hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo		5.164	(3.191)	5.164	(3.191)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa		(1.755)	1.650	(1.755)	1.650
Ganhos na conversão de operações no exterior		58	145	58	145
Resultado abrangente do exercício		346.7	(1.396)	3.467	(1.396)
Das operações					

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição da social		438.859	963.608	433.403	942.610
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	26	999.375	717.384	1.037.831	750.613
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	47.158	32.766	–	–
Custo de venda de ativos desmobilizados	26	1.286.297	577.585	1.283.967	577.585
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	26	4.118	269	3.666	(1.357)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	26	88.639	184.528	91.315	184.612
Baixa de outros ativos imobilizados e intangíveis	27	2.262	24.416	18.552	24.416
Resultado nas operações de derivativos (hedge)	27	477.773	(41.702)	437.869	(41.702)
Juros sobre venda de participação societária	27	–	(24.479)	–	–
Juros sobre compra de ações a termo	27	–	5.891	–	5.891
Juros e variações monetárias e cambiais apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros	16/17	2.092.612	1.886.318	2.130.544	1.977.431
Despesas com captação	27	47.466	27.016	47.893	27.016
Juros sobre desconto de recebíveis	27	8.365	19.163	9.851	19.163
		5.492.924	4.354.738	5.494.891	4.466.278
Variações em:					
Contas a receber		(562.268)	(380.583)	(582.787)	(316.546)
Estoques		(144)	3.694	(26.691)	28.873
Tributos a recuperar		26.875	(6.423)	13.365	(54.063)
Fornecedores		21.521	164.521	51.197	122.857
Floor Plan		–	–	–	193.979
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher		18.243	3.616	19.517	20.019
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(84.560)	(19.753)	(49.062)	(107.914)
Variações no capital circulante líquido operacional		(580.333)	(234.928)	(574.461)	(112.795)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos	16/17	(1.806.999)	(1.192.339)	(1.824.340)	(1.214.526)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	30	(2.208.056)	(2.840.245)	(2.212.397)	(2.883.079)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20.4	–	–	(1.041)	(5.356)
Investimentos (regates) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(1.755.052)	(1.094.153)	(1.757.295)	(975.908)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(857.516)	(1.006.927)	(874.643)	(725.386)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas	12.1	(12.800)	–	(9.201)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.1	(13.776)	(16.079)	(875)	–
Adições ao imobilizado	30	(14.819)	(3.668)	(39.817)	(32.041)
Adições ao intangível	14	(3.184)	(201)	(3.612)	(217)
Transação de compra de ações a termo	27	–	(5.891)	–	(5.891)
Caixa líquido decorrente da absorção de cisão		–	–	–	(68.691)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		(44.579)	(25.839)	(53.505)	(106.840)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	23.3. (c)	(249.104)	(340.387)	(249.104)	(340.568)
Pagamento de derivativos contratados para fins de hedge		(367.832)	(261.857)	(367.832)	(328.817)
Recebimento (pagamento) por opção de compra de taxa IDI		–	2.769	–	2.769
Recuperação de ações em tesouraria	22.2 (c)	(62.422)	(100.971)	(62.422)	(100.971)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	30	6.110.347	2.638.122	6.143.976	2.638.122
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	16/17	(4.750.097)	(652.395)	(4.799.659)	(707.997)
Novas cessões de direitos creditórios	18	1.439.882	200.949	1.439.882	200.949
Pagamento de cessão de direitos creditórios	18	(1.362.036)	(697.233)	(1.362.036)	(697.525)
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresa		(2.174)	(12.443)	(5.681)	(97.928)
Vendas de recebíveis		363.509	319.362	363.509	319.362
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		1.120.073	1.095.916	1.100.633	887.396
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		217.978	63.150	172.485	55.170
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	7	102.026	38.876	152.938	97.768
No final do período	7	320.004	102.026	325.423	152.938
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		217.978	63.150	172.485	55.170
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço					
Captação de financiamentos para aquisição de imobilizado		(459.816)	(1.151.183)	(459.816)	(1.151.183)
Adição de direito de uso (IFRS 16)		(18.094)	(8.910)	(31.454)	(67.490)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos", "Controladora" ou "Companhia"), sediada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 6º andar, Itaim Bibi - São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro, sob o código de negociação VAM03, desde o dia 29 de janeiro de 2021. A Companhia atua no segmento de locações de caminhões, máquinas e equipamentos pesados, disponibilizando ativos próprios a seus clientes por meio de contratos de aluguel, os quais podem assumir diferentes estruturas comerciais e prazos, conforme a natureza do ativo, o perfil do cliente e a estratégia comercial adotada, atuando também na venda dos ativos usados ao final do período locatório. A Companhia também atua no segmento industrial em atividades relacionadas a customização de caminhões e na fabricação e venda de implementos rodoviários. A Companhia é controlada pela Simpar S.A. ("Simpar"), que possui a participação direta de 56,8% de suas ações em 31 de dezembro de 2025 (56,0% em 31 de dezembro de 2024).

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1. Relação de entidades controladas e coligadas: Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão social	Controlada	País sede	Atividade operacional	% Participação 31/12/2025	% Participação 31/12/2025
Vamos Seminovos S.A. ("Seminovos")	Direta	Brasil	Comércio de caminhões, máquinas e equipamentos	100,0	100,0
BMB Mode Center S.A. ("BMB Brasil") (i)	Indireta	Brasil	Customização de caminhões e ônibus	100,0	100,0
BMB Latin América Sociedade Anônima de Capital Variável ("BMB México") (i)	Indireta	México	Customização de caminhões e ônibus	100,0	100,0
Rafe Investimentos e Participações S.A. ("Rafe Investimentos") (i)	Indireta	Brasil	Holding não operacional	100,0	100,0
Braga Company Investimentos e Participações S.A. ("Braga Company") (i)	Indireta	Brasil	Holding não operacional	100,0	100,0
Truckvan Indústria e Comércio Ltda. ("Truckvan") (i)	Indireta	Brasil	Indústria e comércio de implementos rodoviários	100,0	100,0
Vamos Europe Societé Anonyme ("Vamos Europe")	Direta	Luxemburgo	Holding não operacional	100,0	–
BSIM Participações e Holding Ltda. ("BSIM") (iii)	Direta	Brasil	Holding não operacional	12,5	–

(i) Considerando que a companhia celebrou com os acionistas a opção de compra dos 30% remanescente, as participações das controladas indiretas foram consideradas em 100% devido a adoção do método de aquisição antecipada. (ii) A Vamos Europe foi constituída em 31 de março de 2025, com sede em Luxemburgo, tendo como objetivo específico atuar como agente financeiro do Grupo Vamos no exterior. (iii) Em setembro de 2025, a Companhia realizou investimento correspondente a 12,5% de participação na BSIM na proporção do terreno adquirido pela Companhia juntamente com sua Controladora Simpar e outras controladas por ela. Vide nota explicativa 22.5.

1.2. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade: O setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos permanece diretamente exposto a riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, dada sua relevância em emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e sua interação com a transição para uma economia de baixo carbono. A Companhia reconhece que as mudanças climáticas podem impactar seu modelo de negócio por meio de: • **Risco físico:** maior variabilidade climática, eventos extremos e possíveis efeitos sobre a disponibilidade e uso dos ativos. • **Riscos de transição:** mudanças regulatórias, evolução tecnológica, pressões de mercado e expectativas de stakeholders relacionadas a emissões e eficiência energética. • **Riscos reputacionais:** aumento das exigências por transparência ESG e cumprimento de compromissos climáticos. Esses fatores podem afetar receitas, custos operacionais, captação de recursos e a competitividade no setor. Desde a implementação da Política de Mudanças Climáticas (2022) e em alinhamento à Política de Sustentabilidade, a VAMOS vem fortalecendo sua governança e incorporando mecanismos contínuos de monitoramento, mitigação e neutralização de emissões. Em 2025, destacam-se: • **Renovação e eficiência da frota:** A empresa mantém uma frota com idade inferior à média nacional, utilizando veículos mais eficientes e menos poluentes. O ano foi marcado pelo lançamento do caminhão Aura pela BMB e oportunidade de aluguel com a VAMOS - veículos movidos a GNV/biometano, contribuindo para a redução de emissões e para a transição energética no setor de transporte. • **Promoção de energias renováveis:** A VAMOS busca ampliar o uso de fontes de energia renovável em suas operações de forma eficiente. • **Neutralização de emissões:** A empresa neutraliza suas emissões diretas e indiretas de energia (escopos 1 e 2) através da compra de créditos de carbono. Além disso, oferece aos clientes a oportunidade de compensar as emissões de carbono geradas pela utilização da frota alugada, por meio do Programa Vamos Carbono Zero. • **Melhoria contínua:** A empresa busca constantemente melhorar o monitoramento de suas emissões e aprimorar seus processos. A VAMOS está atenta às estratégias e às inovações do mercado relacionadas à transição para a economia de baixo carbono. A Companhia faz parte do Hub de Biocompostíveis e Elétricos do Pacto Global da ONU. No ano de 2025 passou a integrar os projetos Laneshift da C40 e E-Dutra, ambos voltados à mitigação de emissões no setor de transportes de carga. Dessa forma, pretende contribuir para a redução da intensidade das emissões em 15% até 2030 - objetivo assumido pela holding em 2021 com vistas aos Sustainability-Linked Bond, títulos do mercado financeiro emitidos por empresas que estabelecem metas ambientais e/ou sociais. O inventário de emissões é compilado e apresentado ao Comitê de Sustentabilidade bimestralmente, além de passar por auditoria independente a cada ano, englobando os escopos 1, 2 e 3. Desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia obteve em 2025 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), mantendo-se acima da média global entre empresas de transporte e logística mais comprometidas com a agenda climática. Consequentemente, o Grupo Vamos anualmente vem renovando sua frota de veículos locados e o impacto pode ser verificado através da aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 2.667.872 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.034.260 em 31 de dezembro de 2024) conforme nota 13.

1.3. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas					
Receitas e contrato com cliente		5.808.579	4.724.869	6.262.187	5.163.465
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	26	(88.639)	(184.528)	(91.315)	(184.612)
Outras receitas operacionais		24.838	2.957	47.318	9.739
		5.744.778	4.543.198	6.218.190	4.988.592
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das vendas, locação e prestação de serviços		(1.637.943)	(888.207)	(1.870.690)	(1.110.022)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(156.829)	(64.721)	(191.589)	(106.393)
		(1.794.772)	(952.928)	(2.062.279)	(1.216.415)
Valor adicionado bruto		3.950.006	3.590.270	4.155.911	3.772.177
Retenções					
Depreciação e amortização	26	(999.375)	(719.542)	(1.037.831)	(752.771)
Valor adicionado líquido produzido		2.950.631	2.870.728	3.118.080	3.019.406
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	(47.158)	(32.766)	–	–
Receitas financeiras		545.446	292.067	550.010	299.632
		498.288	259.301	550.010	299.632
Valor adicionado total a distribuir		3.448.919	3.130.029	3.668.090	3.319.039
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		146.089	132.332	219.878	201.034
FGTS		11.086	8.598	16.435	13.915
Benefícios		17.583	14.108	30.209	26.933
		174.758	155.038	266.522	241.882
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		177.950	257.042	207.845	277.831
Estaduais		91.904	99.549	146.184	154.071
Municipais		1.237	1.598	2.902	2.549
		271.091	358.189	356.931	434.451
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e despesas bancárias		2.662.382	1.883.072	2.704.093	1.904.896
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	26	7.562	4.249	9.553	6.784
Aluguéis de imóveis	26	4.424	4.552	2.289	6.196
		2.674.368	1.891.873	2.715.935	1.917.776
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos do exercício		178.702	(23.883)	178.702	(23.883)
Absorção do prejuízo acumulado		–	(106.047)	–	(106.047)
Distribuição de dividendos in natura		–	220.904	–	220.904
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício		150.000	290.000	150.000	290.000
Lucros (prejuízos) da operação descontinuada (i)		–	343.955	–	343.955
		328.702	724.929	328.702	343.955
Distribuição do valor adicionado		3.448.919	3.130.029	3.668.090	3.319.039

(i) O montante apresentado como prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas, refere-se integralmente à alienação da Linha Amarela realizada no exercício anterior, conforme apresentada e detalhada nas demonstrações financeiras anuais de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

1.4. Informações complementares: Os movimentos e saldos apresentados relativos às operações descontinuadas refletem exclusivamente transações e eventos já reconhecidos e adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024. Assim, para a correta compreensão de tais valores, as demonstrações financeiras de 2025 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício anterior, uma vez que os detalhes dessas transações não são representados nas notas explicativas atuais por se referirem a fatos já integralmente reportados no período anterior.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas International Financial Reporting Standards - IFRS): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS®"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo conforme divulgado nas notas explicativas, quando aplicável.

2.1.1. Reclassificação das cifras comparativas - demonstração dos fluxos de caixa: A Companhia está reapresentando as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024, na demonstração dos fluxos de caixa, para reclassificar os valores de "juros e variações monetárias e cambiais apropriados relacionados a empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros", anteriormente apresentados como atividades de financiamento, para atividades operacionais, uma vez que se tratam de itens que não afetam o caixa, e por esse motivo, apresentados como ajuste ao lucro antes do imposto de renda e da contribuição da social.

|--|

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo ou passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros serão designados como valor justo por meio do resultado (VJR) ou como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR ou VJORA. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 6.2. No reconhecimento inicial, o Grupo Vamos pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado, veja divulgação na nota explicativa 6.3 (b) para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos e passivos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairments* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no *desreconhecimento* é reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos e/ou passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No *desreconhecimento*, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. A categorização dos instrumentos financeiros está demonstrada na nota explicativa 6.1.

b) Desreconhecimento: O Grupo Vamos desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou são transferidos em transação que implica a transferência substancial de riscos e benefícios, ou quando não há retenção de controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expirada, ou quando seus termos são modificados de forma substancial, caso em que o passivo original é substituído por um novo, reconhecido a valor justo.

2.6.2. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.3. Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge: O Grupo Vamos contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Adicionalmente o Grupo Vamos optou pela contabilidade de hedge (hedge accounting), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos. No início das relações de hedge designadas, o Grupo Vamos documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo Vamos também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças no valor justo e nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **a) Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro. O valor acumulado de instrumentos de hedge é reclassificado para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilidade de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para caso de proteção de itens financeiros, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados no ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **b) Hedge de valor justo:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício e o item (dívida) é mensurado também ao valor justo por meio do resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilidade de hedge, ou o instrumento de hedge expire, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. **c) Monitoramento de efetividade:** A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário. Geralmente o Grupo Vamos contrata instrumentos derivativos de hedge com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de hedge, gerando assim os índices de hedge na relação de 1:1. É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de hedge. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo. Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados: • O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de hedge respectivo(s); • O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente; • Caso observado inefetividade, é feita a mensuração da mesma e contabilizada no resultado do exercício.

2.6.4. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros: O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para ao longo da vida útil do ativo. O Grupo Vamos utiliza uma "matriz de provisão" para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3, é detalhado como o Grupo Vamos determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Vamos não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo Vamos adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo Vamos não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Vamos para a recuperação dos valores devidos.

2.7. Mensuração ao valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo Vamos tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo Vamos. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo Vamos requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Veja nota explicativa 6.2. Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo Vamos utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo Vamos mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo Vamos determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.8. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.9. Ativos desmobilizados disponíveis para venda: Para atender aos contratos de locação, o Grupo Vamos realiza a renovação contínua de sua frota. Os veículos, máquinas e equipamentos substituídos são reclassificados de Ativo imobilizado para "Ativos desmobilizados mantidos para venda", sendo mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido (valor de aquisição deduzido da depreciação acumulada) e o valor justo deduzido dos custos estimados para venda. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, com alta probabilidade de alienação em prazo médio inferior a um ano. Conforme a demanda, os ativos desmobilizados podem ser realocados novamente, retornando à classificado como imobilizado e retomada a contabilização da depreciação.

2.10. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando geram benefícios econômicos futuros para o Grupo Vamos. Gastos recorrentes de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a classe do ativo imobilizado, a vida útil estimada do item e o valor estimado de venda ao final da vida útil - valor residual (método de depreciação por uso e venda). As taxas médias de depreciação dos bens para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão divulgadas na nota explicativa 13. A vida útil de veículos, máquinas e equipamentos é definida com base nos prazos dos contratos de locação com os quais estão relacionados. A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos com o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar, no mínimo anualmente, as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados e acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. A revisão do valor residual dos ativos tem impacto no valor depreciável destes e, por consequência, nas taxas de depreciação aplicadas até o final da vida útil dos ativos analisados, mas não altera a vida útil dos itens. **d) Teste de perda de valor recuperável dos ativos:** Os ativos imobilizados são testados por impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis. Quando aplicável, a perda por impairment corresponde ao excedente do valor contábil sobre o valor recuperável, considerando as características e semelhanças dos ativos sob a ótica de unidade geradora de caixa ("UGC"). As UGCs são definidas com base na menor identificação de fluxo de caixa independente, geralmente associadas aos nossos segmentos. O valor recuperável é calculado com base no valor em uso, obtido a partir de projeções econômico-financeiras e considerando taxas de crescimento compatíveis com a vida útil dos ativos e expectativas de mercado.

2.11. Intangível

2.11.1. Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos identificados da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinações de negócios. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios a partir da qual o ágio se originou.

2.11.2. Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão divulgadas na nota explicativa 14.

2.11.3. Acordo de não competição e carteira de clientes: Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos

pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento/carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme divulgado na nota explicativa 14.

2.11.4. Marcas e patentes: As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Os ativos com vida útil indefinida não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"). Os ativos com vida útil definida são amortizados com base na vida útil estimada, conforme divulgado na nota explicativa 14.

2.11.5. Amortização e teste de perda de valor recuperável ("*impairment*"): A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de intangíveis com vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida útil do ativo. As taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa 14.1. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável ("*impairment*"), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 14.2.

2.12. Arrendamentos: No início de um contrato, o Grupo Vamos avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo Vamos utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. **a) Como locatário (arrendatário):** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. O Grupo Vamos reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizada o ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Como prática o grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Vamos alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos por direito de uso" e "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo Vamos optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo Vamos reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **b) Como locador (arrendador):** Na qualidade de locadora, a Companhia avalia, na data de início de cada contrato, a classificação do aluguel como arrendamento financeiro ou arrendamento operacional, em conformidade com o CPC 06 (R2), com base na análise da transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos subjacentes. Essa avaliação considera, entre outros aspectos, a substância econômica de cada contrato, independentemente de sua forma jurídica. Os contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos são classificados como arrendamentos financeiros quando, isolada ou conjuntamente, estiverem presentes indicadores que evidenciem que o controle econômico do ativo é transferido ao arrendatário, tais como: • o prazo do contrato representar a maior parte da vida econômica do ativo; • o valor presente dos pagamentos do arrendamento corresponder substancialmente ao valor justo do ativo; • existência de opção de compra com exercício razoavelmente certo ao final do contrato; • transferência dos principais riscos de obsolescência, utilização e valor residual ao arrendatário; ou • natureza especializada do ativo, sem alternativa de uso relevante pela Companhia ao término do contrato. A Administração exerce julgamento significativo nessa avaliação, considerando o histórico operacional, padrões de renovação contratual, políticas comerciais e características específicas dos ativos locados e, em 31/12/2025 e 31/12/2024, não existiam contratos considerados como arrendamento financeiro para fins contábeis. Os contratos de aluguel que não atendem aos critérios de classificação contábil como arrendamento financeiro são classificados como arrendamento operacional. Nesses casos: • os ativos permanecem registrados no imobilizado; • são depreciados ao longo de suas vidas úteis econômicas; e • as receitas de locação são reconhecidas no resultado de forma linear ao longo do prazo contratual.

2.13. Cessão de direitos creditórios: O grupo Vamos realiza a cessão de direitos creditórios de recebíveis originados de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes, para terceiros antecipando dessa forma o fluxo de caixa futuro respectivo, descontando o valor presente pelo custo acordado da transação. Os valores recebidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira, utilizando o método da taxa efetiva da transação durante o período em que a dívida esteja em aberto.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"): As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo Vamos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.15. Provisões

2.15.1. Geral: Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas de acordo com as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Receitas de contratos com clientes: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Receita de locação (Arrendamento):** Para os contratos de aluguel que são considerados contabilmente como um arrendamento operacional, as receitas de locação são reconhecidas no resultado de forma linear ao longo do prazo contratual. **b) Receita de venda dos ativos desmobilizados:** Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Vamos desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos ou através de terceiros. O reconhecimento de receita da venda de ativos desmobilizados ocorre no momento da entrega dos mesmos aos seus compradores, momento em que ocorre a transferência dos respectivos riscos e benefícios. **c) Receita de industrialização e customização:** O Grupo Vamos, por meio de sua subsidiária Trunckvan, atua na comercialização de implementos rodoviários, carretas e unidades móveis. O reconhecimento de suas receitas ocorre no momento da entrega dos ativos vendidos aos seus compradores, momento em que ocorre a transferência dos respectivos riscos e benefícios. A BMB, subsidiária licenciada pela Volkswagen, é responsável pela industrialização de caminhões da marca, conforme especificações técnicas solicitadas pela montadora, realizando modificações como alongamento de eixo, alteração de filtros, adição de tanque, instalação de segundo eixo direcional, entre outras adaptações. Embora a maior demanda de industrialização seja da Volkswagen a BMB realiza a industrialização para clientes diversos.

2.17. Benefícios a empregados

2.17.1. Benefícios de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17.2. Transação com pagamentos baseados em ações: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, durante o período em que os empregados adquirirem incondicionalmente os direitos. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de outorgas para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de outorgas que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.18. Patrimônio Líquido

2.18.1. Capital social: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

2.18.2. Compra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria): Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.18.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Reunião do Conselho de Administração ou em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pelos acionistas. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação desta demonstração financeira individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são os mesmos divulgados nas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, publicadas em 25 de março de 2025.

3.1. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Consolidação - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; b) Tratamento de arrendamento financeiro ou operacional - determinação das políticas comerciais e histórico operacional dos ativos locados; c) Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras); o Grupo Vamos classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; **b) Imobilizado:** definição do valor residual, da vida útil e da taxa de depreciação; **c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **d) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **f) Instrumentos financeiros derivativos:** determinação dos valores justos;

4. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES EM NORMAS VIGENTES

4.1. Alterações em normas vigentes adotadas pela Companhia: Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou os efeitos das referidas alterações e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2. Novas Normas ainda não adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pela IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Grupo Vamos não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** essa nova norma substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos destinados a aprimorar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades semelhantes e proporcionar informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras. Embora o IFRS 18 não altere o reconhecimento nem a mensuração dos elementos das demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e na divulgação sejam significativos, especialmente no que se refere: • à estruturação e apresentação do desempenho financeiro; e • ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração (*management defined performance measures*) dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Vol. 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro; • IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7; • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; e • IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25:** Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que reinstituiu a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 31 de janeiro de 2026. A lei estabelece a isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data, ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação. **Reforma tributária:** A Emenda Constitucional nº 132 de 2023 instituiu a reforma do sistema tributário brasileiro incidente sobre o consumo. O novo modelo prevê, entre seus principais pilares, a não cumulatividade plena, o amplo direito a créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, além de estabelecer a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e credenciamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir de 1º de janeiro de 2026, os novos tributos passam a ser destacados de forma informativa nos documentos fiscais, com alíquotas teste de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à reforma tributária e vem realizando análise de cenários e potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, incluindo a definição das alíquotas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da reforma tributária somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Em função do estágio atual de implementação da reforma e considerando que seus efeitos financeiros ocorrerão apenas em exercícios futuros, não foram observados impactos contábeis nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informações financeiras individualizadas disponíveis. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. O desempenho dos segmentos operacionais é avaliado principalmente com base na métrica EBIT ("Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos"). Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em dois segmentos operacionais cujas atividades consistem basicamente em: **a) Locação:** locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas, assim como a comercialização desses ativos no final da sua vida útil; e **b) Indústria:** customização de caminhões, fabricação e venda de implementos rodoviários. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As informações por segmento de negócios atribuídas ao Grupo Vamos, para o findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2025			
	Locação	Indústria (i)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na locação	5.409.669	387.725	(41.682)	5.755.712
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(1.147.198)	(342.613)	35.668	(1.454.143)
Custos das vendas, locações e prestações de serviços, exceto depreciação	(152.849)	(319.547)	-	(472.396)
Depreciação	(994.349)	(23.066)	35.668	(981.747)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.286.296)	-	2.329	(1.283.967)
(=) Lucro bruto	2.976.175	45.112	(3.685)	3.017.602
Despesas gerais e administrativas	(279.028)	(64.857)	3.685	(340.200)
Despesas comerciais, exceto depreciação	(138.598)	(11.851)	538	(149.911)
Despesas administrativas, exceto depreciação	(122.301)	(50.719)	3.147	(169.873)
Depreciação	(18.129)	(2.287)	-	(20.416)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(91.104)	(211)	-	(91.315)
Outras receitas operacionais, líquidas	18.340	7.523	-	25.863
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.624.383	(12.433)	-	2.611.950
Receita financeira	-	-	-	525.546
Despesa financeira	-	-	-	(2.704.093)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	433.403
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	(104.701)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	328.702
Ativos totais por segmento em 31 de dezembro de 2025	25.811.694	398.907	(3.246.014)	22.964.587
Passivos totais por segmento em 31 de dezembro de 2025	(23.428.487)	(322.948)	3.348.924	(20.402.511)
Depreciação e amortização em 31 de dezembro de 2025	(1.012.478)	(25.353)	-	(1.037.831)
(i) O segmento de industrialização e customização de caminhões corresponde à operação das empresas BMB Brasil, BMB México e Grupo Truckvan.				

	31 de dezembro de 2024			
	Locação	Indústria	Eliminações	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados utilizados na locação	4.329.990	420.625	(51.303)	4.699.312
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(824.468)	(365.791)	73.900	(1.116.359)
Custos das vendas, locações e prestações de serviços, exceto depreciação	(109.748)	(349.791)	73.900	(385.639)
Depreciação	(714.720)	(16.000)	-	(730.720)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(559.639)	-	(17.946)	(577.585)
(=) Lucro bruto	2.945.883	54.834	4.651	3.005.368
Despesas gerais e administrativas	(211.403)	(66.199)	16.608	(260.994)
Despesas comerciais, exceto depreciação	(90.611)	(13.770)	2	(104.379)
Despesas administrativas, exceto depreciação	(104.524)	(48.773)	16.607	(136.690)
Depreciação	(16.268)	(3.656)	-	(19.924)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(184.695)	83	-	(184.612)

	31 de dezembro de 2024			
	Locação	Indústria	Eliminações	Consolidado
Outras receitas operacionais, líquidas	(4.849)	8.045	83	3.279
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.544.936	(3.237)	21.342	2.563.041
Receita financeira	-	-	-	308.912
Despesa financeira	-	-	-	(1.929.343)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	942.610
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	(217.681)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	-	-	-	724.929
Ativos totais por segmento em 31 de dezembro de 2024	19.976.621	343.243	(42.837)	20.277.027
Passivos totais por segmento em 31 de dezembro de 2024	17.726.696	214.984	(107.026)	17.834.654
Depreciação e amortização em 31 de dezembro de 2024	(730.985)	(19.628)	-	(750.613)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados para fins de Hedge	Custo amortizado	Total
	Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	320.004	-	320.004	102.026	-	-	102.026
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.471.300	-	4.471.300	2.716.248	-	-	2.716.248
Contas a receber	631.517	631.517	1.263.034	529.762	529.762	529.762	1.059.524
Instrumentos financeiros derivativos	212.982	-	212.982	82.172	29.113	-	111.285
Outros créditos	-	9.435	9.435	-	-	15.192	15.192
5.004.286	640.952	5.645.238	2.900.446	29.113	544.954	3.474.513	

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024			
	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados para fins de Hedge	Custo amortizado	Total	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
	Passivo, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	-	659.138	659.138	-	637.617	637.617
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	16.499.492	16.499.492	-	14.404.060	14.404.060
Arrendamento por direito de uso	-	-	52.466	52.466	-	42.498	42.498
Instrumentos financeiros derivativos	88.583	130.373	-	218.956	100.473	-	100.473
Cessão de direitos creditórios	-	-	1.304.219	1.304.219	-	1.055.895	1.055.895
Obrigações a pagar por aquisição de empresas (i)	-	-	37.916	37.916	-	35.233	35.233
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	128.764	128.764	-	249.104	249.104
Outras contas a pagar	-	-	36.194	36.194	-	80.678	80.678
88.583	130.373	18.718.189	18.937.145	100.473	16.505.085	16.605.558	

(i) Valores correspondentes às obrigações a pagar por aquisição de empresas decorrentes dos contratos de opções de compra e venda das participações societárias remanescentes da Borgato e HM Empilhadeiras, veja nota explicativa 19.

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados para fins de Hedge	Custo amortizado	Total
	Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	325.423	-	325.423	152.938	-	-	152.938
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.392.585	-	4.392.585	2.635.290	-	-	2.635.290
Contas a receber	690.795	690.795	1.381.590	572.682	572.682	572.682	1.145.364
Instrumentos financeiros derivativos	291.600	-	291.600	82.172	29.113	-	111.285
Outros créditos	-	17.514	17.514	-	-	19.938	19.938
5.009.608	708.309	5.717.917	2.870.400	29.113	592.620	3.492.133	

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024			
	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados para fins de Hedge	Custo amortizado	Total	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
	Passivo, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	-	734.232	734.232	-	683.035	683.035
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	16.598.661	16.598.661	-	14.404.093	14.404.093
Arrendamento por direito de uso	-	-	91.553	91.553	-	89.072	89.072
Instrumentos financeiros derivativos	167.201	51.755	-	218.956	100.473	-	100.473
Cessão de direitos creditórios	-	-	1.304.219	1.304.219	-	1.055.895	1.055.895
Obrigações a pagar por aquisição de empresas (i)	-	-	108.365	108.365	-	102.011	102.011
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	132.628	132.628	-	249.606	249.606
Outras contas a pagar	-	-	49.908	49.908	-	97.481	97.481
167.201	51.755	19.019.566	19.238.522	100.473	16.681.193	16.781.666	

(i) Valores correspondentes às obrigações a pagar por aquisição de empresas decorrentes dos contratos de opções de compra e venda das participações societárias remanescentes da Borgato, BMB, Truckvan e HM Empilhadeiras, veja nota explicativa 19.

6.2. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	320.004	320.004	102.026	102.026
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.471.300	4.471.300	2.716.248	2.716.248
Contas a receber	631.517	631.517	529.762	529.762
Instrumentos financeiros derivativos	212.982	212.982		

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	141.654	-	141.654
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	4.694	-	4.694
FI - Fundo de investimento - Simpar	4.392.585	-	4.392.585	2.488.942	-	2.488.942
Valor justo de instrumentos de hedge						
Instrumentos financeiros derivativos	-	291.600	291.600	-	111.285	111.285
Passivos ao valor justo de instrumentos de hedge						
Instrumentos financeiros derivativos	-	(218.956)	(218.956)	-	(100.473)	(100.473)
Total	4.392.585	72.644	4.465.229	2.635.290	10.812	2.646.102
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(16.977.055)	(16.977.055)	-	(14.982.194)	(14.982.194)
Cessão de direitos creditórios	-	(1.578.824)	(1.578.824)	-	(1.226.119)	(1.226.119)
Total	-	(18.555.879)	(18.555.879)	-	(16.208.313)	(16.208.313)

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Vértice	Curva de juros Brasil						
	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	14,90%	14,22%	13,40%	13,19%	13,40%	13,59%	13,48%

6.3. Gerenciamento de riscos financeiros: O Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. O Grupo Vamos faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da sua controladora Simpar e com a aprovação do Conselho de Administração, a quem compete autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo e quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações. O Grupo Vamos não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo Vamos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito.

iii. Instrumentos derivativos de proteção: Todas as exposições cambiais e de taxas de juros protegidas por operações com derivativos no Grupo Vamos estão demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco protegido	Categoria do instrumento	Operação	Valor Nominal	Custo Amortizado	Valor justo a receber (pagar)	Reconhecimento no resultado	Controladora
								Saldo em 31/12/2025
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap Pré X CDI	BRL 121.964	(511)	(2.338)	(23.282)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap IPCA + Pré X CDI	BRL 2.715.447	570.188	194.945	(134.276)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap CDI + Pré X %CDI	BRL 2.139.340	(1.468)	(68.208)	(9.423)	-
Contrato de Swap	Risco do câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X BRL	USD 425.000	(130.022)	(130.373)	(310.792)	5.164
					438.187	(5.974)	(477.773)	5.164
					Saldo Ativo			
								212.982
								(218.956)
								(5.974)

Instrumento	Risco protegido	Categoria do instrumento	Operação	Valor Nominal	Custo Amortizado	Valor justo a receber (pagar)	Reconhecimento no resultado	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap Pré X CDI	BRL 121.964	(511)	(2.338)	(23.282)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap IPCA + Pré X CDI	BRL 2.715.447	570.188	194.945	(134.276)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap CDI + Pré X %CDI	BRL 2.139.340	(1.468)	(68.208)	(9.423)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap Spread + Pré X CDI	BRL 1.603.800	78.618	78.618	39.904	-
Contrato de Swap	Risco do câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X BRL	USD 425.000	(130.022)	(130.373)	(310.792)	5.164
					516.805	72.644	(437.869)	5.164
					Saldo Ativo			
								291.600
								(218.956)
								72.644

Instrumento	Risco protegido	Categoria do instrumento	Operação	Valor Nominal	Custo Amortizado	Valor justo a receber (pagar)	Reconhecimento no resultado	Controladora e Consolidado
								Saldo em 31/12/2024
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap Pré X CDI	BRL 220.000	(627)	(8.581)	(7.435)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap IPCA + Pré X CDI	BRL 2.534.151	536.838	22.044	(23.981)	-
Contrato de Swap	Risco de juros	Hedge de Valor Justo	Swap CDI + Pré X %CDI	BRL 535.540	(188)	(31.765)	(3.060)	-
Contrato de Swap	Risco do câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD + Pré X CDI	USD 100.000	59.537	29.113	73.409	(2.083)
Contrato de Swap	Risco do câmbio	Hedge de Fluxo de Caixa	Opções de Compra de IDI	BRL 98.807	-	-	2.769	(2.769)
					595.560	10.811	41.702	(4.852)
					Saldo Ativo			
								111.285
								(100.473)
								10.812

c) Risco de liquidez: O Grupo Vamos monitora permanentemente o risco de escassez de recursos com o objetivo de manter em seu ativo o saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora				
	31/12/2025				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Risco de liquidez - Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	320.004	320.004	320.004	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.471.300	4.471.300	4.471.300	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	212.982	212.982	55.455	63.011	94.516
Contas a receber	631.517	631.517	608.304	1.268	21.945
Depósitos judiciais	792	792	-	792	-
Total	5.636.595	5.636.595	5.455.063	65.071	116.461
					Controladora
					31/12/2025
					Contábil
					Fluxo contratual
					Até 1 ano
					Até 2 anos
					De 3 a 8 anos
					Consolidado
					31/12/2025
					Contábil
					Fluxo contratual
					Até 1 ano
					Até 2 anos
					De 3 a 8 anos
					Consolidado
					31/12/2025
					Contábil
					Fluxo contratual
					Até 1 ano
					Até 2 anos
					De 3 a 8 anos
					Consolidado
					31/12/2025

	Controladora				
	31/12/2025				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	659.138	659.138	621.704	-	37.434
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.499.492	25.382.313	3.286.063	4.272.498	17.823.752
Arrendamentos por direito de uso	52.466	52.466	7.860	11.205	33.401
Instrumentos financeiros derivativos	218.956	218.956	69.001	59.982	89.973
Cessão de direitos creditórios	1.304.219	1.304.219	642.786	361.389	300.044
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	37.916	40.917	15.249	-	25.668
Outras contas a pagar	36.194	36.194	33.513	2.681	-
Total	18.808.381	27.694.203	4.676.176	4.707.755	18.310.272
					Consolidado
					31/12/2025
					Contábil
					Fluxo contratual
					Até 1 ano
					Até 2 anos
					De 3 a 8 anos
					Consolidado
					31/12/2025

	Controladora				
	31/12/2025				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Risco de liquidez - Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	325.423	325.423	325.423	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.392.585	4.392.585	4.392.585	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	291.600	291.600	55.455	63.011	173.134
Contas a receber	690.795	690.795	667.582	1.268	21.945
Depósitos judiciais	1.799	1.799	-	1.799	-
Total	5.702.202	5.702.202	5.441.045	66.078	195.079
					Consolidado
					31/12/2025
					Contábil
					Fluxo contratual
					Até 1 ano
					Até 2 anos
					De 3 a 8 anos
					Consolidado
					31/12/2025

	Controladora				
	31/12/2025				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	734.232	734.232	696.798	-	37.434
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.598.661	25.382.313	3.286.063	4.272.498	17.823.752
Arrendamentos por direito de uso	91.553	91.553	20.684	27.012	43.857
Instrumentos financeiros derivativos	218.956	218.956	69.001	59.982	89.973
Cessão de direitos creditórios	1.304.219	1.304.219	642.786	361.389	300.044
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	108.365	120.895	73.956	-	46.939
Outras contas a pagar	49.908	49.908	47.162	2.746	-
Total	19.105.894	27.902.076	4.836.450	4.723.627	18.341.999

6.4. Análise de sensibilidade: A Administração do Grupo Vamos efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: • CDI em 13,40% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); • SELIC de 13,82% a.a. (fonte: Banco Central do Brasil); • IPCA de 3,71% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); e • Taxa do Dólar norte-americano ("Dólar") de R\$ 5,88 (fonte: Banco Central do Brasil); A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%	Controladora e Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024
Derivativos designados como hedge accounting						
Saldo sujeito a exposição em variação do CDI	7.143.659	957.250	1.196.563	1.435.875	-	-
Saldo sujeito a exposição em variação do USD	(41.639)	(5.580)	(6.975)	(8.370)	-	-
Efeito líquido das operações de hedge accounting	7.102.020	951.670	1.189.588	1.427.505		
Demais operações - Pós-fixada						
Saldo sujeito a exposição em variação do CDI	(8.677.618)	(1.162.802)	(1.453.505)	(1.744.206)	-	-
Saldo sujeito a exposição em variação do SELIC	(4.675.976)	(646.220)	(807.775)	(969.330)	-	-
Saldo sujeito a exposição em variação do IPCA	(3.979.134)	(147.563)	(184.454)	(221.345)	-	-
Saldo sujeito a exposição em variação do USD	(1.055.000)	(390.855)	(488.568)	(586.284)	-	-
Efeito líquido das operações pós fixado	(18.387.728) </					

★ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Consolidado			
	31/12/2025			31/12/2024			
	Contas a receber	Perdas esperadas	% líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	% líquido	
Total a vencer	563.080	(1.628)	0,29%	561.452	274.304	(1.597)	0,58%
Vencidos até 30 dias	24.485	(213)	0,87%	24.272	126.736	(227)	0,18%
Vencidos de 31 a 90 dias	40.038	(5.057)	12,63%	34.981	115.245	(9.443)	8,19%
Vencidos de 91 a 180 dias	45.764	(13.498)	29,49%	32.266	102.866	(45.197)	43,94%
Vencidos de 181 a 365 dias	72.763	(34.939)	48,02%	37.824	76.894	(66.898)	87,00%
Vencidos acima de 365 dias	286.108	(286.108)	100,00%	—	156.120	(156.120)	100,00%
Total vencidos	469.158	(339.815)	72,43%	129.343	577.861	(277.886)	48,09%
Total	1.032.238	(341.443)		690.795	852.165	(279.482)	572.683

As movimentações das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(273.207)	(279.482)
(-) Adições	(185.811)	(188.843)
(+) Reversões	126.523	126.882
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(332.495)	(341.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(176.218)	(204.150)
(-) Adições	(216.156)	(217.610)
(+) Reversões	119.167	122.776
(-) Operação descontinuada	—	19.502
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(273.207)	(279.482)

10. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Veículos, máquinas e equipamentos novos	—	—	9.360	9.884
Veículos, máquinas e equipamentos usados	—	—	2.125	9.722
Matéria prima e insumos de produção	—	—	102.373	74.362
Materiais de uso, consumo e manutenção	4.272	3.436	21.175	13.631
(-) Provisão para perdas em estoques de peças para revenda	(1.407)	(715)	(4.448)	(3.705)
Total	2.865	2.721	130.585	103.894

As movimentações de provisão para perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(715)	(3.705)
(-) Adições	(1.233)	(5.383)
(+) Reversões	541	4.640
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.407)	(4.448)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	(35.433)
(-) Adições	(845)	(7.899)
(+) Reversões	130	6.109
(-) Operação descontinuada	—	33.518
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(715)	(3.705)

11. ATIVOS DESMOBILIZADOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão abaixo demonstradas:

Exercício findo em	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
31 de dezembro de 2025	375.497	52.259	427.756	375.497	52.259	427.756
Em 31 de dezembro de 2024	1.144.459	215.267	1.359.726	1.144.459	215.267	1.359.726
Bens transferidos do imobilizado (i)	(1.103.949)	(182.348)	(1.286.297)	(1.103.949)	(182.348)	(1.286.297)
Bens baixados por venda	1.636	—	1.636	1.636	—	1.636
Outras adições e baixas	417.643	85.178	502.821	417.643	85.178	502.821
Em 31 de dezembro de 2025	417.643	85.178	502.821	417.643	85.178	502.821

Exercício findo em	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
31 de dezembro de 2024	325.724	17.573	343.297	379.240	18.728	397.968
Em 31 de dezembro de 2023	587.647	76.554	664.201	587.647	76.554	664.201
Bens transferidos do imobilizado (i)	(535.717)	(41.868)	(577.585)	(535.717)	(41.868)	(577.585)
Bens baixados por venda	(2.158)	—	(2.158)	(2.158)	—	(2.158)
(-) Perdas estimadas (<i>impairment</i>)	—	—	—	(53.516)	(1.155)	(54.671)
(-) Reversões eliminações de lucro não realizado (ii)	—	—	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	375.497	52.259	427.755	375.496	52.259	427.756

(i) Os saldos apresentados referem-se à movimentação líquida decorrente da transferência do valor contábil dos ativos (custo menos depreciação acumulada) para ativos desmobilizados disponíveis para venda. Essa movimentação corresponde às transferências do custo no montante de R\$ 1.416.070 em veículos e R\$ 361.464 em máquinas e equipamentos em 2025, e R\$ 707.450 em veículos e R\$ 163.871 em máquinas e equipamentos em 2024, bem como às respectivas transferências da depreciação acumulada, no valor de R\$ 271.611 para veículos e R\$ 146.197 para máquinas e equipamentos em 2025, e R\$ 119.803 em veículos e R\$ 87.417 em máquinas e equipamentos em 2024. (ii) O saldo refere-se à reversão da eliminação de lucro não realizado decorrente das transações de venda de ativos desmobilizados entre a Companhia e empresas da Vamos Linha Amarela, que foram objeto de cisão e posteriormente transferidas para a Automob.

12. INVESTIMENTOS

12.1. Movimentação dos investimentos: Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado						
	31/12/2024	Aporte/Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Participação	Patrimônio líquido em 31/12/2025	Patrimônio líquido em 31/12/2025
Investimentos	160.542	3.400	12.901	(30.664)	58	146.237	100
Vamos Seminovos	177.084	16.079	(32.766)	—	145	160.542	100
Vamos Linha Amarela	1.593.728	—	(82.331)	(1.509.397)	—	99,9	100
Total Investimentos	1.770.812	16.079	(32.766)	(82.331)	145	1.509.397	160.542

(i) Refere-se aos resultados de equivalência dos saldos de outros resultados abrangentes de *hedge* de fluxo de caixa a marcação ao mercado e variação cambiais com conversão de balanço. (ii) A BSIM foi constituída com o objetivo específico de viabilizar o projeto de construção do novo escritório corporativo do Grupo, esse investimento não será eliminado para divulgação do consolidado. Vide nota explicativa 22.5.

12.2. Saldos patrimoniais e resultado das controladas: Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2025						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Custos e despesas	Lucro/(prejuízo) líquido do exercício
Vamos Seminovos	29.916	248.421	88.165	30.965	146.237	17.132	(30.664)
Vamos Europe	1.556.203	1.682.418	60.945	3.193.971	(16.295)	—	(16.494)
BSIM Participações e Holding	—	73.615	—	—	73.615	—	—
Total	1.586.119	2.004.454	149.110	3.224.936	203.557	17.132	(64.290)

31 de dezembro de 2024

	31 de dezembro de 2024						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Custos e despesas	Lucro/(prejuízo) líquido do exercício
Vamos Seminovos	23.194	292.663	40.762	160.542	19.378	19.378	52.144
Total	23.194	292.663	40.762	160.542	19.378	19.378	52.144

13. IMOBILIZADO

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora						
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso (i)	Outros (ii)	Total
Custo:							
Em 31 de dezembro de 2024	13.181.324	4.240.585	35.705	2.457	56.020	26.679	17.542.770
Adições	2.357.629	321.827	—	342	18.094	2.893	2.700.785
Transferências para ativos desmobilizados (nota 11)	(1.416.070)	(361.464)	—	—	(1.019)	—	(1.777.534)
Baixas	—	(6.599)	—	—	—	—	(7.618)
Em 31 de dezembro de 2025	14.122.883	4.194.349	35.705	2.799	73.095	29.572	18.458.403
Em 31 de dezembro de 2023	10.373.717	3.573.422	5.826	2.317	59.253	53.270	14.067.805
Adições	3.425.655	565.773	573	381	8.910	2.714	4.004.006
Transferências (i)	94.021	268.394	29.306	(241)	(11.494)	(29.306)	350.680
Transferências para bens destinados a venda (nota 11)	(707.450)	(163.971)	—	—	—	—	(871.421)
Baixas	(4.619)	(3.033)	—	—	(649)	—	(8.301)
Em 31 de dezembro de 2024	13.181.324	4.240.585	35.705	2.457	56.020	26.678	17.542.769
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2024	(952.091)	(1.035.545)	(804)	(683)	(9.646)	(6.409)	(2.005.178)
Despesa de depreciação no período (iii)	(542.229)	(442.878)	(2.653)	(260)	(7.748)	(2.715)	(998.483)
Transferências para ativos desmobilizados (nota 11)	271.611	146.197	—	—	—	—	417.808
Baixas	—	4.337	—	—	—	—	4.337
Em 31 de dezembro de 2025	(1.222.709)	(1.327.889)	(3.457)	(943)	(17.394)	(9.124)	(2.581.516)
Em 31 de dezembro de 2023	(595.641)	(531.356)	(596)	(473)	(14.051)	(4.271)	(1.146.378)
Despesa de depreciação no período (iii)	(351.324)	(355.317)	(235)	(211)	(7.143)	(2.371)	(716.601)
Transferências (iv)	(125.394)	(237.085)	17	1	11.548	233	(350.680)
Transferências para ativos desmobilizados (nota 11)	119.803	87.417	—	—	—	—	207.220
Baixas	465	796	—	—	—	—	1.261
Em 31 de dezembro de 2024	(952.091)	(1.035.545)	(804)	(683)	(9.646)	(6.409)	(2.005.178)
Valor líquido:							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.229.233	3.205.040	34.901	1.774	46.374	20.269	15.537.592
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.900.174	2.866.460	32.248	1.856	55.701	20.448	15.876.887
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.778.076	3.042.066	5.240	1.844	45.202	48.999	12.921.427

Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.229.233	3.205.040	34.901	1.774	46.374	20.269	15.537.591
Taxas médias da depreciação (%) - em 2024:	3%	9%	4%	10%	8%	20%	—
Taxas médias da depreciação (%) - em 2025:	3%	9%	4%	10%	8%	20%	—

(i) Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamentos de imóveis, conforme CPC06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos; (ii) A rubrica "outros", está composta substancialmente por obras em andamento, hardwares, entre outros. (iii) O montante de R\$ 998.483, referente a despesa de depreciação foi reconhecida no resultado em custos dos produtos e serviços vendidos de R\$ 986.968 (R\$ 706.421 em dezembro de 2024), despesas comerciais em R\$ 2.420 (R\$ 2.905 em dezembro de 2024) e despesas administrativas de R\$ 9.094 (R\$ 7.639 em dezembro de 2024). (iv) O saldo final total da transferência refere-se a reclassificação entre custo e depreciação acumulada para corrigir valor de adição de combinações de negócios que entrou somente no custo e não aberto entre custo e depreciação.

	Consolidado						
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Direito de uso (i) Outros (ii) Total
Custo:							
Em 31 de dezembro de 2024	13.231.175	4.288.818	56.787	17.132	—	8.366	123.126
Adições	2.362.186	329.707	1.961	599	—	—	31.454
Transferências para ativos desmobilizados (nota 11)	(1.416.070)	(361.464)	—	—	—	—	(1.777.534)
Baixas	(18.267)	(7.894)	—	(440)	—	(18)	(8.179)
Em 31 de dezembro de 2025	14.159.024	4.249.167	58.748	17.291	—	8.348	146.401
Em 31 de dezembro de 2023	10.486.134	3.669.692	68.191	32.543	51.979	44.259	252.564
Adições	3.435.773	598.487	9.194	4.216	—	661	67.490
Transferências	88.097						

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2. Teste de redução ao valor recuperável ("impairment"): No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste anual de recuperabilidade de suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), considerando as premissas, indicadores e expectativas mensuráveis atualizadas. Como resultado, não foram identificadas perdas sobre os valores contabilizados no ágio por expectativa de rentabilidade futura. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Locação		Indústria	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Unidades Geradoras de Caixa (UGC)				
Taxa de desconto pós impostos (WACC) (i)	12,01%	11,60%	11,66%	11,27%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,67%	3,60%	3,67%	5,60%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média para os próximos anos)	6,75%	8,00%	17,07%	54,80%

(i) As taxas de descontos apresentadas no quadro acima referem-se a taxas líquidas de tributos. As taxas de descontos brutas utilizadas no teste de *impairment* do exercício foram de 16,70% para o segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos e 16,39% para o segmento de industrialização e customização de caminhões. • Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres; • Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2026 a dezembro de 2030; • Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação e impostos; • O valor terminal dos fluxos de caixa, considerado após dezembro de 2029, foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando como premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) um crescimento de 3,67% (com a inflação de longo prazo como referência); • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. Os valores recuperáveis estimados para as UGCs foram superiores aos seus valores contábeis. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta, em pontos percentuais, o quanto necessária alterar individualmente, em cada premissa, para resultar em que o valor recuperável da UGC se assemelhasse ao seu valor contábil.

Atenuação requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil

Em pontos percentuais (%)	Locação	Indústria
Taxa de desconto (WACC) - 31/12/2025	2,65	2,93
Taxa de desconto (WACC) - 31/12/2024	5,68	3,00

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para locação	585.444	608.544	585.444	608.544
Fornecedores de caminhões, máquinas e equipamentos para locação - partes relacionadas (nota 22)	54.477	18.189	25.983	18.101
Fornecedores de matéria prima e insumos de produção	-	-	102.370	42.007
Fornecedores de materiais de uso e consumo e prestação de serviços de terceiros	19.217	10.884	18.047	14.383
Total	659.138	637.617	731.844	683.035
Circulante	621.704	604.873	696.798	650.291
Não Circulante	37.434	32.744	37.434	32.744
Total	659.138	637.617	734.232	683.035

16.2. Debêntures: As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

1ª Série	2ª Série		3ª Série		Emissão	Datas Pagamento				Controladora					
	Valores	Taxa de Juros Efetiva	Valores	Taxa de Juros Efetiva		Valores	Taxa de Juros Efetiva	Total	Emissão	Captação	Vencimento	de Juros	Saldo em		
Vamos Locação															
2ª Emissão	382.500	CDI+1,60%	417.500	CDI+2,00%	-	-	800.000	20/08/2019	20/09/2019	20/08/2026	Semestral Quirografárias	VAMO12 e VAMO22	68.509	174.219	
3ª Emissão	311.790	CDI+2,30%	223.750	CDI+2,75%	464.460	IPCA+6,37%	1.000.000	15/06/2021	08/07/2021	15/06/2031	Semestral Quirografárias	VAMO13, VAMO23 e VAMO33	1.011.592	943.548	
4ª Emissão	1.000.000	CDI+2,40%	432.961	CDI+2,80%	567.039	IPCA+7,69%	2.000.000	15/10/2021	12/11/2021	15/10/2031	Semestral Quirografárias	VAMO14, VAMO24 e VAMO34	2.006.720	2.044.768	
7ª Emissão	250.000	CDI+2,17%	-	-	-	-	250.000	15/06/2023	16/06/2023	15/06/2028	Semestral Quirografárias	VAMO17	250.674	249.779	
9ª Emissão	550.000	CDI+2,35%	-	-	-	-	550.000	20/12/2023	28/12/2023	20/12/2028	Semestral Quirografárias	VAMO19	249.218	549.466	
10ª Emissão	550.000	CDI+2,35%	-	-	-	-	550.000	21/02/2024	23/02/2024	21/02/2029	Semestral Quirografárias	VAMOAO	528.703	521.374	
11ª Emissão	1.050.000	CDI+2,35%	-	-	-	-	1.050.000	25/06/2024	27/07/2024	25/06/2029	Semestral Quirografárias	VAMOAO1	1.043.179	1.039.601	
12ª Emissão (i)	1.498.008	CDI+2,25%	-	-	-	-	1.498.008	24/07/2025	12/08/2025	22/03/2028	Semestral Quirografárias	VAMOAO2	1.511.695	-	
13ª Emissão	600.000	DI+2,25%	-	-	-	-	600.000	20/09/2025	02/10/2025	20/09/2030	Semestral Quirografárias	VAMOAO3	617.381	-	
14ª Emissão (ii)	1.603.800	Prefixado+15,72%	-	-	-	-	1.608.800	15/12/2025	15/12/2025	20/01/2032	Semestral Quirografárias	VAMOAO4	1.557.929	-	
													Total	8.845.600	5.522.755

1ª Série	2ª Série		3ª Série		Emissão	Datas Pagamento				Controladora					
	Valores	Taxa de Juros Efetiva	Valores	Taxa de Juros Efetiva		Valores	Taxa de Juros Efetiva	Total	Emissão	Captação	Vencimento	de Juros	Saldo em		
Vamos Locação															
2ª Emissão	382.500	CDI+ 1,60%	417.500	CDI+2,00%	-	-	800.000	20/08/2019	20/09/2019	20/08/2026	Semestral Quirografárias	VAMO12 e VAMO22	68.509	174.219	
3ª Emissão	311.790	CDI+2,30%	223.750	CDI+2,75%	464.460	IPCA+6,3605%	1.000.000	15/06/2021	08/07/2021	15/06/2031	Semestral Quirografárias	VAMO13, VAMO23 e VAMO33	1.011.592	943.548	
4ª Emissão	1.000.000	CDI+2,40%	432.961	CDI+2,80%	567.039	IPCA+7,6897%	2.000.000	15/10/2021	12/11/2021	15/10/2031	Semestral Quirografárias	VAMO14, VAMO24 e VAMO34	2.006.720	2.044.768	
7ª Emissão	250.000	CDI+2,17%	-	-	-	-	250.000	15/06/2023	16/06/2023	15/06/2028	Semestral Quirografárias	VAMO17	250.674	249.779	
9ª Emissão	550.000	CDI+2,35%	-	-	-	-	550.000	20/12/2023	28/12/2023	20/12/2028	Semestral Quirografárias	VAMO19	249.218	549.466	
10ª Emissão	550.000	CDI+2,35%	-	-	-	-	550.000	21/02/2024	23/02/2024	21/02/2029	Semestral Quirografárias	VAMOAO	528.703	521.374	
11ª Emissão	1.050.000	CDI+2,35%	-	-	-	-	1.050.000	25/06/2024	27/07/2024	25/06/2029	Semestral Quirografárias	VAMOAO1	1.043.179	1.039.601	
13ª Emissão	600.000	DI+2,25%	-	-	-	-	600.000	20/09/2025	02/10/2025	20/09/2030	Semestral Quirografárias	VAMOAO3	617.381	-	
													Total	5.775.976	5.522.755

(i) Em 21 de março de 2025 a Controladora Vamos Locação captou a linha de crédito do Loan no valor de USD 325.000. Como parte do processo estratégico da Companhia, em agosto de 2025, esses títulos foram cedidos para a subsidiária Vamos Europe no montante equivalente de USD 275.000, nas mesmas condições captadas originalmente. Concomitante a Vamos Europe internalizou o valor captado através do Total Return Swap - TRS e em contrapartida foi emitido como canal de internação a 13ª emissão de debentures na Vamos Locação, com a mesma instituição financeira. Os contratos de ambos os instrumentos permitem a compensação entre eles, ou seja, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou em bases líquidas, eliminando no consolidado a referida aplicação do TRS e o canal de internação, permanecendo somente no consolidado a dívida do Loan. (ii) Em 02 de outubro de 2025, a subsidiária Vamos Europe, realizou captação no mercado internacional por meio da emissão de bonds no montante de US\$ 300 milhões, com vencimento em 20 de janeiro de 2032. Em dezembro de 2025, a Controladora Vamos Locação emitiu títulos no mercado no valor de R\$ 1.603.800 através da 14ª emissão de debentures, e a sua controlada Vamos Europe aplicou integralmente o dinheiro captado através do Bond, nestes títulos da Controladora. Por se tratar de operação entre partes relacionadas no contexto do consolidado, a operação entre a Vamos Europe e a Vamos Locação foi apresentado de forma líquida, permanecendo no consolidado a dívida do Senior Notes "Bond".

16.3. Movimentações dos empréstimos e financiamentos e debêntures: As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamento no início do período	14.404.060	11.225.589	14.404.093	11.535.684
Novas Captações	6.570.163	3.789.305	6.603.792	3.789.305
Amortização	(4.742.349)	(645.252)	(4.777.119)	(656.708)
Juros pagos	(1.800.829)	(1.183.247)	(1.814.561)	(1.194.192)
Juros apropriados	2.054.989	1.565.718	2.075.665	1.565.543
Apropriação das despesas de estruturação e captação	47.466	27.016	47.893	27.016
Alocação da variação de hedge de valor justo	110.515	(510.169)	198.320	(510.169)
Variação cambial	(144.523)	135.100	(139.422)	203.848
Baixa por operação descontinuada	-	-	-	(378.234)
Empréstimos e financiamento no encerramento do período	16.499.492	14.404.060	16.598.661	14.404.093
Circulante	1.663.788	942.346	1.669.708	942.379
Não circulante	14.835.704	13.461.714	14.928.953	13.461.714
Total	16.499.492	14.404.060	16.598.661	14.404.093

16.4. Cláusula de compromissos financeiros ("Covenants"): Determinados contratos possuem cláusulas de compromissos de manutenção de indicadores de endividamento e coberturas de juros medidos pelo EBITDA em relação ao saldo de dívida financeira líquida, sendo: **Dívida financeira líquida consolidada para fins de covenants:** significa (1) o saldo total dos empréstimos e financiamentos, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan) e (2) a partir do momento em que não existirem mais dívidas da Emissora com a definição indicada no item (1) abaixo, a definição passará a ser considerada como: "Dívida Financeira Líquida": saldo total dos empréstimos e financiamentos, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa, em aplicações financeiras e saldos a receber de cartões de crédito; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan). **EBITDA consolidado para fins de covenants:** significa o lucro ou prejuízo líquido em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos, custo dos veículos aviados e sinistrados e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas. Todos os compromissos descritos nos contratos foram cumpridos em 31 de dezembro de 2025, incluindo a manutenção dos índices financeiros da Dívida Líquida/EBITDA conforme demonstrado abaixo:

Restrição	Limites	Indicador em 31/12/2025
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,75	3,16

16.5. Garantias: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Vamos possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir: ✓ **CRA II, CRA III e CRA IV** - Garantias de recebíveis de clientes (lastro). ✓ **CRA V, CRA VI e CRA VII** - Garantias de investimentos dos contratos com clientes. ✓ **Finame Direto** - Garantias de alienação fiduciária (máquina, equipamento e caminhões) ✓ **BID** - Acordo de Suporte de Capital (ESA) que prevê a possibilidade de os acionistas, por intermédio da controladora **SIMPAP**, efetuarem aportes de capital vinculados a dívida BID. As demais operações não possuem garantias atreladas.

17. ARRENDAMENTOS POR DIREITO DE USO

O Grupo Vamos arrenda imóveis em que operam suas lojas de seminovos, oficinas e alguns escritórios, pátios de veículo, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 10 anos. Os contratos de arrendamento são reajustados anualmente e alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo Vamos é impedido de fazer contrato subarrendamento. Adicionalmente, o Grupo Vamos arrenda, em circunstâncias específicas, veículos leves, caminhões máquinas e equipamentos de curto prazo ou de baixo valor. Considerando as condições desses contratos, a Companhia optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não reconhecer os contratos como passivo de arrendamento, registrando os pagamentos diretamente em seu resultado. Os valores reconhecidos no exercício de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 9.553 e R\$ 6.784 em 31 de dezembro de 2024. A companhia apurou as suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33:

Prazos contratos	1	2	3	4	5	6	8	9	14	15
Taxa a.a.	11,70%	13,96%	13,29%	12,30%	10,22%	9,75%	10,31%	13,81%	11,93%	15,18%
As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo Vamos é o arrendatário são apresentadas abaixo:										
	Controladora		Consolidado							
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024						
Passivo de arrendamentos no início do exercício	42.498	44.714	89.072	181.324						
Adições	18.094	8.910	31.454	67.490						
Baixas	(1.019)	(649)	(8.179)	(4.130)						
Amortização	(7.748)	(7.143)	(22.540)	(37.751)						
Juros pagos	(6.170)	(9.092)	(9.779)	(20.334)						
Juros apropriados	6.811	5.758	11.525	21.886						
Operação descontinuada	-	-	-	(119.413)						
Passivo de arrendamentos no encerramento do exercício	52.466	42.498	91.553	89.072						
Circulante	7.860	5.293	20.684	14.923						
Não circulante	44.606	37.205	70.869	74.149						
Total	52.466	42.498	91.553	89.072						

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamento	7.653.892	8.881.305	10.822.685	8.881.338
Debêntures	8.845.600	5.522.755	5.775.976	5.522.755
Total	16.499.492	14.404.060	16.598.661	14.404.093
Circulante	1.663.788	942.346	1.669.708	942.379
Não Circulante	14.835.704	13.461.714	14.928.953	13.461.714
Total	16.499.492	14.404.060	16.598.661	14.404.093

16.1. Empréstimos e financiamentos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%) (i)	Vencimento	Moeda	Controladora		Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CDC	1,99%	Pré	mar/25	Real	-	-	-	32
CRA II	19,94%	133,80% CDI (*)	nov/26	Real	35.634	66.880	35.634	66.880
CRA III	24,59%	165,00% CDI (*)	jun/27	Real	418.881	572.994	418.881	572.994
CRA IV	19,91%	133,60% CDI (*)	nov/					

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia. Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 150.000, após a distribuição, o saldo remanescente do lucro não destinado de R\$ 154.819 foi transferido para a Reserva de investimentos, previsto no estatuto social da Companhia. c) **Distribuição de dividendos:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser reitada com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	328.702	380.974			
Lucro base reserva legal	328.702	380.974			
Reserva Legal - 5% (i)	(16.435)	(19.049)			
Base de cálculo dos dividendos	312.267	361.925			
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	78.067	90.481			
Dividendos mínimos obrigatórios por ação (Em R\$)	0,07	0,08			

(i) A Companhia não constituiu reserva legal no presente exercício, uma vez que o montante da reserva legal acrescida do montante da das reservas de capital excede 30% do capital social. Na data de 02 de maio de 2025 a companhia realizou a liquidação dos dividendos declarados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 249.104. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	299.491	-	299.491	300.174	-	300.174
Juros sobre capital próprio declarados	290.000	-	290.000	290.501	-	290.501
Distribuição de lucros	-	980.000	980.000	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	(299.491)	-	(299.491)	(300.174)	-	(300.174)
Dividendos realizados	-	(980.000)	(980.000)	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte	(40.896)	-	(40.896)	(40.895)	-	(40.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	249.104	-	249.104	249.606	-	249.606
Juros sobre capital próprio declarados (i)	150.000	-	150.000	150.821	-	150.821
Distribuição de lucros	-	-	-	-	2.542	2.542
Juros sobre capital próprio pagos	(249.104)	-	(249.104)	(249.104)	-	(249.104)
Imposto de renda retido na fonte	(21.236)	-	(21.236)	(21.236)	-	(21.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	128.764	-	128.764	130.086	2.542	132.628

(i) Do montante constituído de juros sobre capital próprio R\$ 72.401 refere-se ao valor a pagar para sua controlada SIMPAR, conforme apresentado na nota explicativa 22.1.

23.4. Resultado do período: Como parte da Cisão realizada em novembro de 2024, a Companhia distribuiu dividendos "in natura" no valor de R\$ 220.904 distribuídos a partir dos lucros acumulados e a distribuição de Juros sobre Capital próprio no valor de R\$ 290.904, a companhia registrou no exercício de 31 dezembro de 2024 um prejuízo acumulado de R\$ 23.883. No exercício de 31 de dezembro de 2025 esse prejuízo foi absorvido pelo lucro líquido da companhia de R\$ 328.702. Após a compensação do prejuízo acumulado, distribuição de juros sobre capital próprio, conforme descrito na nota 23.3, o saldo remanescente foi transferido para a Reserva de Investimentos, conforme determina o estatuto da Companhia.

24. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo Vamos possui seguros contratados considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades em transporte de cargas e propriedades de terceiros. Para a frota de veículos, na sua maior parte, faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio.

24.1. Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Serviços segurados	Grupo Vamos Serviços segurados	
	Vigência	Cobertura
Incêndio, queda de raio, queda de árvore e explosão	12/2025 a 12/2026	52.829
Anúncios luminosos	12/2025 a 12/2026	200
Bens, mercadorias e matéria prima ao ar livre - Exclusivamente veículos	12/2025 a 12/2026	3.000
Concessionária de veículos	12/2025 a 12/2026	3.000
Danos elétricos	12/2025 a 12/2026	350
Demolição e desentulho	12/2025 a 12/2026	3.000
Despesas com honorários de peritos - Danos materiais	12/2025 a 12/2026	1.000
Despesas com instalação em novo local	12/2025 a 12/2026	1.000
Despesas com recomposição de registros e documentos	12/2025 a 12/2026	8
Despesas extraordinárias	12/2025 a 12/2026	200
Equipamentos em exposição	12/2025 a 12/2026	400
Equipamentos estacionários	12/2025 a 12/2026	20
Equipamentos móveis	12/2025 a 12/2026	150
Erros e Omissões	12/2025 a 12/2026	5.000
Fidelidade	12/2025 a 12/2026	100
Inclusões/Exclusões de bens/locais e alterações de valores em risco	12/2025 a 12/2026	10.000
Operações de carga, descarga, lançamento ou descida	12/2025 a 12/2026	300
Pequenas obras de engenharia, para ampliações, reparos ou reformas	12/2025 a 12/2026	2.500
Perda ou pagamento de aluguel	12/2025 a 12/2026	2.000
Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos	12/2025 a 12/2026	200
Roubo de valores em trânsito em mãos de portadores	12/2025 a 12/2026	30
Roubo e/ou furto qualificado de bens	12/2025 a 12/2026	300
Tumulto, greves, lock-out, atos dolosos, vandalismo e comção civil	12/2025 a 12/2026	1.000
Vazamento de tanques e tubulações	12/2025 a 12/2026	100
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, tsunami, erupção vulcânica, impacto de veículos terrestres e fumaça	12/2025 a 12/2026	500
Despesas de salvamento e contenção de sinistros	12/2025 a 12/2026	1.000
Responsabilidades civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	12/2025 a 12/2026	500
Responsabilidade civil danos morais	12/2025 a 12/2026	500
Responsabilidade civil do empregador	12/2025 a 12/2026	500
Responsabilidade civil guarda de veículos de terceiros - compreensiva	12/2025 a 12/2026	500
Responsabilidade civil revenda	12/2025 a 12/2026	500
Despesas fixas - decorrente de incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza, implosão e queda de aeronave e/ou outros engenheiros espaciais	12/2025 a 12/2026	200
Total de cobertura		92.187

Conforme apólice de seguro contratada, a soma de todas as indenizações pagas não poderá exceder o limite máximo de garantia de R\$ 53.129, considerando a somatória das coberturas de incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão e lucros cessantes, ficando limitado ao valor em risco declarado do local atingido.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDA, LOCAÇÃO, SERVIÇOS VENDIDOS E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Fluxos de receitas: O Grupo Vamos gera receita principalmente pela locação e serviços vendidos e venda de ativos desmobilizados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de locação e prestação de serviços	4.057.864	3.632.147	4.011.967	3.566.329
Receita de venda de veículos e acessórios	-	-	409.694	409.038
Receita de venda de ativos desmobilizados	1.336.380	723.745	1.334.051	723.945
Total da receita líquida	5.394.244	4.355.892	5.755.712	4.699.312

Tempo de reconhecimento de receita

Produtos transferidos em momento específico no tempo	1.336.380	723.745	1.743.745	741.399
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	4.057.864	3.632.147	4.011.967	3.957.913
Total da receita líquida	5.394.244	4.355.892	5.755.712	4.699.312

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	5.888.630	4.829.704	6.357.235	5.283.512
Menos:				
Impostos sobre vendas	(414.335)	(368.977)	(506.475)	(464.153)
Devoluções, descontos e abatimentos	(80.051)	(104.835)	(95.048)	(120.047)
Total da receita líquida	5.394.244	4.355.892	5.755.712	4.699.312

Impostos municipais sobre serviços (alíquotas de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquotas de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquotas de 3% ou 7,65%).

26. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado do Grupo Vamos são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de peças e veículos novos	-	-	(210.360)	(222.294)
Custo na venda de veículos usados	-	-	(6.847)	(14.768)
Custos e despesas com frota	(96.336)	(137.610)	(96.492)	(140.123)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(1.286.297)	(577.585)	(1.283.967)	(577.585)
Pessoal e encargos	(185.934)	(164.600)	(286.875)	(260.631)
Depreciação e amortização	(999.375)	(717.384)	(1.037.831)	(750.613)
Peças, pneus e manutenções de veículos	(287.514)	(172.861)	(299.853)	(182.335)
Combustíveis e lubrificantes	(22.649)	(15.820)	(27.480)	(20.911)
Reversão (despesa) com provisão para demandas judiciais e administrativas	(4.118)	(269)	(3.666)	1.357
Serviços prestados por terceiros	(100.342)	(134.750)	(133.502)	(166.877)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (i)	(88.639)	(184.528)	(91.315)	(184.612)
Impairment de ativo disponível para venda	-	(2.158)	-	(2.158)
Comunicação, propaganda e publicidade	(5.577)	(6.428)	(9.208)	(12.041)
Viagens, refeições e estadias	(10.386)	(9.426)	(12.332)	(11.808)
Aluguéis de imóveis	(4.424)	(4.552)	(2.289)	(6.196)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antonio Simões - Presidente do Conselho de Administração
Denys Marc Ferrez - Conselho de Administração (Efetivo)
Juliana Sá Vieira Baiardi - Conselho de Administração (Efetivo)
Renato Horta Franklin - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
Maria Fernanda dos Santos Teixeira - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Braga Couto - Diretor Presidente
José Cezário Menezes de Barros Sobrinho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Geraldo Santana Gomes Junior - Diretor Comercial
Rafael Gomes Vieira - Diretor

CONTADORA

Gabriela Aparecida Giaciani Zancheta - CRC nº 1SP269825/O-5

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
 Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA (ESTATUTÁRIO, PREVISTO EM REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DA CVM)

Os membros do Comitê de Auditoria da VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia"), órgão assessor estatutário do Conselho de Administração, no intuito de cumprir suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada no dia 25 de março de 2026, após apresentadas as informações relevantes sobre o desempenho da Companhia, examinaram as informações financeiras anuais individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório de revisão da

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação.

São Paulo, 25 de março de 2026

Maria Fernanda dos Santos Teixeira

Cely de Campos Mantovani

José Mauro Depes Lorga

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA:

Estimativa do valor residual dos veículos destinados a locação (Nota 2.10(c) e 14): A Companhia revisa, no mínimo anualmente, as premissas utilizadas para determinar o valor residual considerado no cálculo da depreciação dos veículos destinados a locação. Esse assunto foi considerado uma área de foco de auditoria porque implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração para a determinação da estimativa do valor de venda, e quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado das alienações no futuro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos controles internos e dos critérios estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos destinados a locação. Testamos, com base em amostragem, os valores estimados de venda, considerando transações históricas da Companhia e, quando aplicável, o preço de venda de veículos similares atualmente praticados e divulgados no mercado. Também testamos, com base em amostragem, a depreciação reconhecida no exercício considerando a taxa de depreciação e valor residual estimados. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor residual dos veículos destinados a locação, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são consistentes e estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, conclirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Barueri, 25 de março de 2026

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>